

# Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

## RAD-EMERJ-001 – Documento Estratégico da EMERJ

Com vigência a partir de 22/05/2025

RAD sem Referências

## RAD-EMERJ-002 – Preparar Concurso Público para Ingresso na EMERJ

Com vigência a partir de 22/05/2025

**Ato Regimental EMERJ 05/2023, alterado pelo Ato Regimental EMERJ nº 04/2024**

– Dispõe sobre a Regulamentação do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da EMERJ;

**Ato Regimental EMERJ nº 07/2022, alterado pelo Ato Regimental nº 01/2025** – Dispõe sobre Sistemas de Cotas na EMERJ;

**Ato Regimental EMERJ nº 2/2021** - Dispõe sobre a instituição e atribuições das novas comissões que passam a integrar as unidades organizacionais da EMERJ;

**Portaria EMERJ nº 18/2021, alterada pela Portaria nº 26/2025** - Designa os membros das Comissões da EMERJ.

**Resolução CNJ nº 541/2023** - Disciplina a instituição das comissões de heteroidentificação e o respectivo procedimento nos concursos públicos realizados no âmbito do Poder Judiciário, na forma prevista nas Resoluções CNJ nº 75/2009, 81/2009 e 203/2015.

## RAD-EMERJ-003 – Programar Cursos de Especialização

Com vigência a partir de 26/05/2025

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

## RAD-EMERJ-004 – Elaborar Caderno de Exercício

Com vigência a partir de 26/05/2025

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

**RAD-EMERJ-005 – Realizar Aulas e Avaliar Professores**

Com vigência a partir de 20/05/2025

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

Regulamento do EMERJ Pontua.

Manual do Aluno (MAN -EMERJ-005-01).

Manual do Professor (MAN -EMERJ-005 -02).

**RAD-EMERJ-006 – Elaborar Provas**

Com vigência a partir de 20/05/2025

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

**RAD-EMERJ-007 – Coordenar Secretaria Acadêmica**

Com vigência a partir de 20/05/2025

**Lei nº 13.709/2018** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

**Ato Regimental nº 07/2022** – Dispõe sobre Sistema de Cotas;

**Ato Regimental nº 14/2021** – Alterado Pelo Ato Regimental Nº 04/2025 - Regulamento do Trabalho Jurídico-Científico de Conclusão de Curso da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

**Ato Regimental nº 05/2023** - Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

**Ato Regimental nº 03/2018** - Resolve que os requerimentos formulados à Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ – deverão ser apreciados nos prazos que menciona, contados da data em que foram protocolados;

**Regulamento dos Estágios da EMERJ**

**RAD-EMERJ-008 – Selecionar e Convidar Professores**

Com vigência a partir de 29/05/2025

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

**RAD-EMERJ-009 – Gerenciar Programa de Estágio**

Com vigência a partir de 20/08/2025

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;**

---

**Regulamento dos Estágio.**

**RAD-EMERJ-010 – Elaborar e Coordenar Publicações Científicas**

Com vigência a partir de 15/05/2025

**Ato Regimental nº 02/2025 – Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ;**

---

**NBR 10.520 (jul./2023) - Informação e Documentação – Citações e documentos – Apresentação;**

---

**NBR 6023 (nov./2018, versão corrigida 2020) – Informação e Documentação – Referências – Elaboração;**

---

**NBR 6021 (maio/2015, versão corrigida 2016) – Informação e Documentação – Publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação;**

---

**NBR 14.724 (abril/2011) – Informação e Documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação;**

---

**NBR 6022 (maio/2018) – Informação e Documentação – Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação.**

---

**NBR 6028 (maio/2021) – Informação e Documentação – Resumo, resenha e recensão – Apresentação.**

**RAD-EMERJ-011 – Realizar Curso Oficial de Formação Inicial para Magistrado**

Com vigência a partir de 20/05/2025

**Resolução ENFAM nº 2/2016 e suas alterações** – Dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

---

**Resolução ENFAM n. 1 de 13.3.2017 e suas alterações** - disciplina a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente e pela participação em banca examinadora de curso de pós-graduação

---

**Instituição Normativa ENFAM nº 1/2017** - Disciplina o credenciamento de cursos oficiais;

---

**Ato Normativo TJ 19/2020** - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.

---

**Resolução CM 02/2022** - Regula os Processos de Vitaliciamento dos Magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

**RAD-EMERJ-012 – Realizar Cursos Oficiais de Aperfeiçoamento para Fins de Vitaliciamento**

Com vigência a partir de 20/05/2025

**Resolução ENFAM nº 2 de 8 de junho de 2016 e suas alterações** – Dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

---

**Resolução ENFAM n. 1 de 13.3.2017 e suas alterações** - disciplina a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente e pela participação em banca examinadora de curso de pós-graduação

---

**Instituição Normativa ENFAM nº 1/2017** - Disciplina o credenciamento de cursos oficiais;

---

**Resolução CM N° 02/2022** – Regula os processos de vitaliciamento dos magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Ato Regimental Nº 03/2017 da EMERJ** - Estrutura a Comissão de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da EMERJ e define suas atribuições.

---

**Ato Normativo TJ 19/2020** - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro -SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.

---

**Ato Regimental EMERJ nº 02/2025** - Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ.

## **RAD-EMERJ-013 – Realizar Cursos Oficiais de Formação Continuada para Magistrados**

Com vigência a partir de 20/05/2025

**Resolução CNJ nº 106/2010 e alterações** – Dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.

**Resolução ENFAM nº 2 de 7 de janeiro de 2025** – Dispõe sobre os programas para a formação, e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

**Resolução ENFAM nº 1 de 7 de janeiro de 2025** - disciplina a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente e pela participação em banca examinadora de curso de pós-graduação

**Resolução ENFAM nº 08 de 7 de janeiro de 2025** - Estabelece os critérios de pontuação ou valoração de aperfeiçoamento técnico para promoção dos(as) magistrados(as) estaduais e federais;

**Instrução Normativa ENFAM nº 2 de 8 de janeiro de 2025** – Disciplina o credenciamento de cursos oficiais da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM);

**Ato Normativo TJ 19/2020** - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro -SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento;

**Resolução OE nº 18/2024** - Regulamenta e estabelece procedimentos para a movimentação funcional de Magistrados na carreira da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

## **RAD-EMERJ-014 – Tramitar Processos Administrativos**

Com vigência a partir de 20/05/2025

**Lei Federal n.º 14.133 de 01/04/2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

**Ato Normativo nº 02/2023** – Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

**Lei 8.666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. (prorrogada até 31/12/2023 de acordo com a Medida Provisória nº 1.167, de 31 de março de 2023, cabendo autorização superior a sua utilização);

**Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002** - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências (prorrogada até 31/12/2023, cabendo autorização superior à sua utilização);

---

**Ato Normativo nº 19/2020** - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento;

---

**Ato Normativo nº 26/2022** - Estabelece o processo de contratação de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Ato Normativo TJ nº 17/2023** - Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Ato Normativo TJ nº 27/2021** - Consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais de concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Decreto nº 3.147/1980** - Regulamenta o Capítulo IV do Título V do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, aprovado pela Lei nº 287, de 04/12/79, que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a comprovação dos adiantamentos e dá outras providências.

---

**Lei nº 13.709/2018 Lei da LGPD** – Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

---

**Ato Normativo TJ nº 14/2023** - Institui a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

---

**Resolução OE nº 03/2025** - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

---

**Ato Regimental nº 02/2025** - Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro –EMERJ.

---

#### **RAD-EMERJ-016 – Administrar o Quadro de Pessoal**

Com vigência a partir de 26/05/2025

**Lei nº 11.788, de 25.09.2008** - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

---

**Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

---

**Decreto 2479/1979** - Aprova o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Decreto-lei nº 220/1975** - Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Ato Normativo 26/2009** – Disciplina o exercício do direito às férias dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Lei nº 13.709/2018** - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

---

**Código de Ética da EMERJ** – Institui as regras de conduta dos agentes públicos da EMERJ.

**RAD-EMERJ-017 – Ciclo de Formação e Execução de Contratos Administrativos**

Com vigência a partir de 26/05/2025

---

**Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021** – (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

---

**Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993** - (Lei Geral de Licitações – vigente até 30/12/2023);

---

**Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002** - (Lei do Pregão - vigente até 30/12/2023);

---

**Decreto Federal nº 11.462/23, de 23/01/2013** - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços, previsto no art. 82 da Lei Federal nº 14.133;

---

**Decreto Estadual nº 46.751, de 27/08/2019** - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Resolução TJ/OE RJ nº 03/2025** – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências e suas alterações;

---

**Decreto nº 31.863/02** - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

---

---

**Decreto Federal 11.462/2023** - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

---

**Ato Normativo nº 19/2020** - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento;

---

**Ato Normativo nº 26/2022** - Estabelece o processo de contratação de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Ato Normativo TJ nº 14/2023** – Institui a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Ato Normativo TJ nº 17/2023** - Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Ato Normativo TJ nº 20/2023** - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

---

**Ato Normativo TJ nº 23/2023** - Disciplina a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras e dá outras providências;

---

**Ato Regimental nº 16/23 da EMERJ** - Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, elaborado com base no Ato Normativo TJ nº 17/2023, publicado no DOERJ em 24 abril de 2023, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos no âmbito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Decreto nº 48.816/2023** - Regulamenta a fase preparatória das contratações, de que trata a lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional.

---

**Deliberação TCE nº 312/2020** - Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos que especifica;

---

**Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão** - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

---

---

**Instrução Normativa nº 40/2020 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia** - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP – para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

---

**Instrução Normativa nº 73/2020 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia** - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

---

**Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

---

**Resolução nº 468/2022 do Conselho Nacional de Justiça** - Dispõe sobre as diretrizes específicas para as contratações de Soluções de TIC pelos órgãos que estão sob o controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça.

---

**Ordem de Serviço TJ nº 02/2017** - Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que menciona.

---

**Lei Complementar 123/2006** - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

#### **RAD-EMERJ-018 – Coordenar Serviços Gerais de Infraestrutura e Logística**

Com vigência a partir de 22/05/2025

RAD sem Referências

#### **RAD-EMERJ-019 – Gerenciar Suporte de Áudio e Vídeo**

Com vigência a partir de 23/05/2025

RAD sem Referências

#### **RAD-EMERJ-020 – Editar Publicações e Gerar Impressos**

Com vigência a partir de 27/09/2022

RAD sem Referências

#### **RAD-EMERJ-021 – Gerenciar Aquisição, Recebimento, Guarda e Controle de Material**

Com vigência a partir de 22/05/2025

**Lei 14.133/2021, art. 75, II** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas; autárquicas, fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

---

**Lei 4.320/1964** - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 10/2021** – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Deliberação 278/17 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE)** - Dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da Administração Estadual e dá outras providências;

---

**Classificador de Planejamento e Orçamento (Governo do Estado do Rio de Janeiro);**

---

**Ato Normativo TJ nº 20/2023** - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

**RAD-EMERJ-022 – Realizar Atividades Relativas à Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial**

Com vigência a partir de 22/05/2025

---

**Lei 4.320, de 17 de março de 1964** - Estitui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

---

**Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021** - Institui normas gerais de licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

---

**Lei Estadual 287, de 4 de dezembro de 1979** - Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências, com alteração da Lei 3506/00;

---

**Lei Estadual nº 1.624/1990** – Criação do Fundo Especial da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Lei Complementar nº 101/2000** – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

---

**Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro;**

---

**Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);**

---

**Lei Orçamentária Anual (LOA);**

---

**Decreto Estadual nº 46.930/2020** – Aprova as classificações de planejamento e orçamento e delega competência para dispor sobre as classificações de planejamento e orçamento do Estado;

---

**Ato Executivo nº 50/2025** - Delega as competências que menciona;

---

**Deliberação nº 248/08 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro** – TCE-RJ – Institui, no âmbito estadual e municipal, o módulo “Término de Mandato” no Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS), disciplinando, ainda, o encaminhamento dos elementos pertinentes, e dá outras providências;

---

**Deliberação nº 278/17 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro** – TCE-RJ – Dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da Administração estadual e dá outras providências;

---

**Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público** – NBCASP;

---

**MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional;**

---

**Manual de Orientação do Gestor Público, da Contadoria Geral do Estado - CGE-RJ;**

---

**Classificador de Planejamento e Orçamento do Estado do Rio de Janeiro, elaborado pela SEFAZ-RJ;**

---

**Manuais Técnicos elaborados pela Superintendência de Normas Técnicas (SUNOT), da Contadoria Geral do Estado (CGE-RJ);**

---

**Normas e orientações técnicas da Contadoria Geral do Estado (CGE-RJ).**

#### **RAD-EMERJ-023 – Realizar Conciliação Bancária**

Com vigência a partir de 02/06/2017

---

**Lei nº 287, de 04/12/1979** – Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Lei 3506, de 13/12/2000** – Altera os dispositivos da Lei 287, de 04/12/1979.

---

**Lei 1.624, de 12/03/1990** – Criou o Fundo Especial da EMERJ.

---

---

**Lei nº 4.320, de 17/03/1964** - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

---

**Manual SGEMERJ – Controle do Fundo EMERJ.**

**RAD-EMERJ-024 – Realizar Conciliação Bancária, Liquidação e o Agendamento do Pagamento de Despesas**

Com vigência a partir de 20/05/2025

**Lei nº 287, de 04/12/1979** - Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro.

---

**Lei 3.506, de 13/12/2000** - Altera os dispositivos da Lei 287, de 04/12/1979.

---

**Lei 1.624, de 12/03/1990** - Criou o Fundo Especial da EMERJ.

---

**Lei nº 4.320, de 17/03/1964** - Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro.

---

**Lei nº 14.133, de 01/04/2022** - Lei de Normas Gerais de Licitação e Contratos Administrativos;

---

**MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

---

**Portaria Conjunta MTP/RFB/ME Nº 33, de 3 de outubro de 2022;**

---

**Manual de Orientação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial).**

**RAD-EMERJ-025 – Gerenciamento das Arrecadações do Fundo Especial da EMERJ**

Com vigência a partir de 26/05/2025

**Lei 1.624/1990** - Criou o Fundo Especial da EMERJ.

---

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado;**

---

## **RAD-EMERJ-026 – Planejar e Realizar as Atividades do Gabinete da Direção-Geral da EMERJ**

Com vigência a partir de 20/05/2025

---

**Ato Executivo TJ nº 141/2018** - Dispõe sobre o dever de cumprimento da Deliberação TCE-RJ nº 281/17 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

---

**LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

---

**Ato Normativo nº 27/2021** - consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais de concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Manual de Elaboração de Atos Formais de Gestão Administrativa do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.**

---

**Ato Regimental EMERJ nº 02/2025** - dispõe sobre o Regimento Interno da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ.

---

**Resolução OE nº 06/2025** – dispõe sobre a concessão de passagens e diárias no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

## **RAD-EMERJ-027 – Coordenar a Biblioteca da EMERJ**

Com vigência a partir de 26/05/2025

---

**Classificação Decimal Universal;**

---

**Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia;**

---

**Normas de documentação da ABNT**

---

**Tabela de CUTTER**

---

**Vocabulário Controlado Básico do PRODASEN**

---

**Tesouro Jurídico da Justiça Federal**

---

**Tesouro do Senado Federal**

---

**Vocabulário Jurídico (Tesauro) do STF**

---

**Vocabulário Jurídico controlado (Tesauro) do STJ**

---

**Vocabulário Controlado de Termos Jurídicos da Biblioteca da EMERJ**

---

**Manual de Seleção de Atos Oficiais para indexação**

---

**Normas de Atendimento da Biblioteca e da Videoteca**

---

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

**RAD-EMERJ-029 – Medir a Percepção dos Clientes e do Grupo de Trabalho da EMERJ**

Com vigência a partir de 26/05/2025

**Lei 13.709/2018** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

**Ato Regimental nº 8/2023** - Institui o Código de Ética da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

**Cartilha do Código de Ética da EMERJ - 2023.**

**RAD-PJERJ-010** – Medir a percepção do Usuário.

**NR-1** – Disposições Gerais e Gerenciais de Riscos Ocupacionais.

**RAD-EMERJ-030 – Selecionar e Avaliar Fornecedores**

Com vigência a partir de 18/04/2018

**Lei 8.666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

**Lei 10.520/2002** - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

**Lei Complementar 123/2006** - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro

---

de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

---

**Lei Estadual nº 287/79** – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

**RAD-EMERJ-031 – Tratamento de Saídas e de Produtos não Conformes na EMERJ**

Com vigência a partir de 22/05/2025

RAD sem Referências

**RAD-EMERJ-033 – Coordenar os Trabalhos de Conclusão de Curso**

Com vigência a partir de 26/05/2025

**Regulamento do Trabalho Jurídico-Científico de conclusão de Curso da EMERJ**

---

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

**Caderno de Normas para a Elaboração e a Apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso da EMERJ.**

**RAD-EMERJ-034 – Gerir Recursos de Informática**

Com vigência a partir de 20/05/2025

---

**Resolução TJ/OE Nº 09/2024** - Institui a Política de Segurança da Informação (PSI) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Ato Normativo TJ Nº 09/2010** - Estabelece normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Ato Normativo TJ N.º 08/2019** - Estabelece as normas para Gestão de Segurança da Informação (GSI) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

---

**Lei nº 13.709/2018** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

---

**Ato Normativo TJ nº 42/2024** – Estabelece normas sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais;

---

**Ato Normativo TJ nº 50/2024** - Estabelece as normas para Gestão de Segurança da Informação (GSI).

## RAD-EMERJ-035 –Contratação Direta

Com vigência a partir de 26/05/2025

### Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

**Lei nº 14.133 de 01/04/2021-** Estabelece normas gerais de licitações e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

**Ato Normativo nº 02/2023,** dispõe sobre dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133/21, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

**Ato Executivo nº 70/2023,** normas legais e regulamentares atinentes à gestão pública que versam sobre matérias predominantemente técnicas, sobretudo aquelas veiculadas pela transição entre as normas que tratam de Licitações e Contratos da Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 14.133/2021, que traça normas para as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública, pela Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal), e pela Lei Federal nº 10.520/2002, que criou a modalidade de licitação denominada pregão;

**Ato Normativo TJ nº 14/2023,** institui a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

**Lei nº 8.036/90, art. 27** – Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

**Lei 8666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências; (Lei anterior de licitações, observação nos processos administrativos anteriores e de transição a lei vigente 14133/221).

**Lei nº 9.012/95, art. 2º** - Proíbe as instituições de crédito de conceder empréstimo, financiamentos e outros benefícios a pessoas jurídicas em débito com o FGTS;

**Decreto Federal nº 11.871/2023** – Atualiza os valores das modalidades de licitação da Lei nº 14.133/2021;

**Decreto 3147/1980** - Regulamenta o Capítulo IV do Título V do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, aprovado pela Lei nº 287 de 04/12/79, que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a comprovação dos adiantamentos e dá outras providências.

**Ato Normativo nº 03/2019** – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.

**Ato Normativo TJ nº 27/2021, de 15/12/2021** – Consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais de concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

**Portaria nº 358/14** – Dispõe sobre a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional-PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União-DAU por elas administrados;

**Portaria EMERJ nº 96/2021, de 30/08/2021** – Designa a Diretora do Departamento de Administração (DEADM) na função de homologador, junto ao Sistema Eletrônico COMPRASNET;

**Instrução Normativa nº 73/2020** – Altera a Instrução Normativa nº 03, de 20/04/2017, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral;

**Ordem de Serviço TJ nº 01/2024** - Determina que em todas as unidades administrativas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro seja suspensa a destinação de recursos para suprimento de fundos/adiantamento acima de R\$11.981,20 (art. 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto nº 11.871/2023), até análise da legalidade do dispositivo da legislação estadual que autoriza a multiplicação por 5 (cinco) do percentual disciplinado na dispensa de licitação (art. 4º, II, do Ato Normativo TJ nº 27/2021), observando-se a vedação à contratação pelo regime de adiantamento, sem que seja realizado o devido procedimento licitatório, a dispensa ou a inexigibilidade ou quando não restar evidenciado o caráter de urgência da contratação.

**Decreto nº 11.462, de 31 De março de 2023** - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

#### **RAD-EMERJ-036 – Coordenar Monitoria Acadêmica**

Com vigência a partir de 22/05/2025

RAD sem Referências

#### **RAD-EMERJ-037 – Realizar a Comunicação Institucional e Produção Gráfica da EMERJ**

Com vigência a partir de 20/05/2025

RAD sem Referências

#### **RAD-EMERJ-038 – Coordenar Curso de Extensão**

Com vigência a partir de 20/08/2025

**Regimento Interno da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;**

**Ato Regimental dos Cursos de Extensão;**

---

**Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023** - Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003;

---

**Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019** - Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências.

**RAD-EMERJ-039 – Estruturar, Programar e Realizar Cursos de Especialização em Nível de Pós-Graduação Lato Sensu**

Com vigência a partir de 26/05/2025

---

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;**

---

**Ato Regimental nº 04/2023;**

---

**Regulamento do Trabalho Jurídico–Científico de Conclusão de Curso da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;**

---

**Caderno de Normas do Trabalho Jurídico - Científico de Conclusão;**

---

**Tabelas de diversos pagamentos realizados na EMERJ;**

---

**Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;**

---

**Deliberação CEE/RJ nº 328/2012-** Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização;

---

**Deliberação CEE/RJ Nº 399/2022** – Estabelece normas complementares para Implementação de ações de inclusão educacional e digital, buscando eliminar barreiras que possam obstar o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades, superdotação e necessidades específicas para aprendizagem no sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Parecer CEE/RJ nº 032/2008** – Credencia a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, para ministrar Cursos de Especialização de Pós-Graduação, Lato Sensu, pelo prazo de 05 (cinco) anos e autoriza o funcionamento do Curso de Especialização em Direito para a Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, exclusivamente, na sua sede situada na Avenida Erasmo Braga, nº 115, 4º andar, Centro, Município do Rio de Janeiro, a partir do ano de 2007;

---

**Parecer CEE/RJ nº 029/2010** - Autoriza a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro-EMERJ, a ministrar Cursos de Especialização de Pós-Graduação, Latu Sensu em Direito Penal e Processual Penal e Especialização em Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil, pelo prazo de 05 (cinco) anos, para funcionar, exclusivamente, na sua sede situada na Avenida Erasmo Braga, nº 115, 4º andar, Centro, Município do Rio de Janeiro, a partir da data de publicação deste ato no Diário Oficial;

---

**Parecer CEE/RJ nº 251/2010** – Autoriza a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, EMERJ, a ministrar Cursos de Especialização, Pós-Graduação Lato Sensu, em Direito Processual Civil, em Direito Constitucional, em Direito Tributário e em Direito da Administração Pública, até 24 de Abril de 2013, para funcionar na sua sede situada na Avenida Erasmo Braga, nº 115, 4. andar, Centro, Município do Rio de Janeiro, a partir da data da publicação deste ato no Diário Oficial;

---

**Parecer CEE/RJ Nº 031/2014** - Recredencia a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 05 (cinco) anos e autoriza o funcionamento dos Cursos de Especialização em Direito Penal e Processual Penal, Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil, Direito Processual Civil, Direito Tributário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Ambiental e Direito para a Carreira da Magistratura Estadual, todos em nível de Pós-Graduação Lato Sensu, pelo mesmo prazo de 05 (cinco) anos, localizada na Rua Dom Manoel, nº 25, Centro, no Município do Rio de Janeiro – RJ, nos termos da Deliberação CEE-RJ n. 328/2012;

---

**Parecer CEE nº 066/2019** – Recredencia a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 05 (cinco) anos, para o funcionamento de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, localizada na Rua Dom Manoel, nº 25, Centro, no Município do Rio de Janeiro, RJ, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 7, de 08 de Setembro de 2011 e Deliberações CEE N. 325/2012 e CEE N. 328/2012 a partir da publicação deste Parecer no Diário Oficial.

---

**Parecer CEE nº 010/2025** – Recredencia a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 05 (cinco) anos, para o funcionamento de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, localizada na Rua Dom Emanuel, nº 25, Centro, no Município do Rio de Janeiro – RJ, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 7, 08 de setembro de 2011 e Deliberações CEE nº 325/2012 e CEE nº 328/2012 a partir da publicação deste Parecer no Diário Oficial.

#### **RAD-EMERJ-040 – Realizar Fóruns Permanentes**

Com vigência a partir de 20/08/2025

---

**Ato Regimental nº 02/2025 da EMERJ;**

---

**Ato Regimental 17/2023 da EMERJ;**

---

**Resolução CM nº 02/2020** – Dispõe sobre a educação continuada para os fins de desenvolvimento dos servidores nas carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

**RAD-EMERJ-041 – Gerenciar Núcleos de Pesquisa**

Com vigência a partir de 20/08/2025

---

**Ato Regimental nº 02/2025** – Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ;

---

**Ato Regimental nº 08/2025** – Regulamenta a concessão de bolsa de fomento à pesquisa no âmbito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ;

---

**Ato Regimental nº 01/2024** – Revoga o Ato Regimental 12/2021 e atualiza o regulamento do Observatório de Pesquisa Bryant Garth e dos Núcleos de Pesquisa da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

**RAD-EMERJ-042 – Coordenar Cursos Livres**

Com vigência a partir de 20/08/2025

RAD sem Referências

**RAD-EMERJ-043 – Customizar Cursos em EAD**

Com vigência a partir de 02/05/2025

RAD sem Referências

**RAD-EMERJ-044 – Gerenciar Formalização de Termos Acordos de Cooperação e Convênio**

Com vigência a partir de 29/05/2025

---

**Deliberação TCE nº 312/2020** - Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos que especifica;

---

**Deliberação TCE nº 281/2017** - Dispõe sobre o Sistema Integrado de Gestão Fiscal - SIGFIS e dá outras providências;

---

**Deliberação TCE específica de convênio com repasse de verbas nº 278/2017** - Dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da administração estadual e dá outras providências.

---

**Ato Executivo TJ nº 141/2018** - Dispõe sobre o dever de cumprimento da Deliberação TCERJ nº 281/17 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Resolução TJ/OERJ nº 03/2025** – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Ato Normativo TJ nº 19/2020** – Institui e implanta o Sistema Eletrônico de Informação – SEI como meio oficial e obrigatório de informações, documentos e processos administrativos eletrônicos no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;

---

**Ato Regimental nº 02/2025** - Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ;

---

**Lei Federal nº 8.666/93** - Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

---

**Lei Federal nº 13.019/2014**, alterada pela Lei nº 13.204/2015 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);

---

**Ato Normativo TJRJ nº 06/2018** - Estabelece regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJERJ e as organizações da Sociedade Civil – OSC;

---

**Ato Executivo TJERJ nº 199/2018** - Relaciona os documentos necessários para a celebração de acordo de cooperação;

---

**Lei Federal nº 14.133/2021** - Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

---

**Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023** - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão;

---

**Lei Federal nº 13.853/2019** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

---

Resolução Casa Civil nº 350 de 17 de julho de 2014 - Dispõe sobre a implantação do sistema de convênios do Estado do Rio de Janeiro – CONVERJ e aprova as diretrizes para os convênios que impliquem dispêndio financeiro por órgãos e entidades da administração pública e procedimentos para o seu funcionamento no âmbito do Estado do Rio de Janeiro);

---

## RAD-EMERJ-045 – Gestão de Riscos

Com vigência a partir de 30/04/2024

Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 - Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal;

**Decreto nº 9.203/2017** - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

Resolução - TCU nº 287/2017 - Dispõe sobre a política de gestão de riscos do Tribunal de Contas da União e altera as Resoluções-TCU 266, de 30 de dezembro de 2014, que define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União; a 261, de 11 de junho de 2014, que dispõe sobre a Política de Segurança Institucional (PSI/TCU) e o Sistema de Gestão de Segurança Institucional do Tribunal de Contas da União(SGSIN/TCU) e a 247, de 7 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Política de Governança de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União;

Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR ISO 31000:2018 – Gestão de Riscos – Diretrizes;

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR ISO 31010 – Gestão de Riscos – Técnicas para o processo de avaliação de Riscos;

Plano de Gestão de Riscos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

## RAD-EMERJ-046-Prover Assessoria Técnico Jurídica para Elaboração e Execução de Contratos Administrativos

Com vigência a partir de 07/05/2025

**Lei Federal nº 14.133/2021** - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

**Lei Federal nº 13.709/2018** - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - que regula as atividades de tratamento de dados pessoais com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;

**Lei Federal nº 10.520/2002** - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências (vigente até 01/04/2023);

**Lei Federal no 8.666/1993** - Lei Geral de Licitações (vigente até 30/12/2023);

**Lei Complementar Federal nº 101/2000** - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

**Resolução TJ/0E nº 04/2023 e suas alterações** - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Resolução CNJ nº 347/2020** - Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário;

---

**Ato Normativo nº 03/2013** - Regulamenta a criação e disposição dos Órgãos Colegiados Administrativos no âmbito da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Ato Normativo nº 03/2019** - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

---

**Ato Normativo TJ nº 19/2020** - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento;

---

**Ato Normativo nº 26/2022** - Estabelece o processo de contratação de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Ato Normativo TJ nº 02/2023 e suas alterações**- Dispõe sobre a dispensa de licitação na forma eletrônica;

---

**Ato Normativo TJ nº 14/2023** - Institui a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Ato Normativo TJ nº 17/2023** - Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Ato Normativo TJ nº 20/2023** - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Ato Normativo TJ nº 23/2023** - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras e dá outras providências;

---

**Ato Regimental nº 16/23 da EMERJ** - Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, elaborado com base no Ato Normativo TJ nº 17/2023, publicado no DOERJ em 24 abril de 2023, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos no âmbito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Deliberação TCE-RJ nº 312/2020** – Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos que especifica;

---

**Decreto nº 48.816/2023** - Regulamenta a fase preparatória das contratações, de que trata a lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional;

---

**Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão** - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

---

---

**Instrução Normativa nº 40/2020 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia** - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP – para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

---

**Instrução Normativa nº 73/2020 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia** - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

---

**Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

---

**Resolução nº 347/2020 do Conselho Nacional de Justiça** – Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário;

---

**Resolução nº 468/2022 do Conselho Nacional de Justiça** - Dispõe sobre as diretrizes específicas para as contratações de Soluções de TIC pelos órgãos que estão sob o controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça.

#### **RAD-EMERJ-047-Processamento de Procedimento Apuratório**

Com vigência a partir de 23/05/2025

---

**Constituição da República Federativa do Brasil;**

---

**Lei nº 14.133, de 01/04/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);**

---

**Lei nº 8.666, de 21/06/1993 (Lei Geral de Licitações – vigente até 30/12/2023);**

---

**Lei nº 10.520, de 17/07/2002 (Lei do Pregão - vigente até 30/12/2023);**

---

**Lei nº 9.784/99** - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

---

**Lei nº 10.520/02** - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

---

**Lei nº 12.846/13** - Lei Anticorrupção;

---

**Lei nº 13.019/14** - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil;

---

**Lei nº 13.105/15** – Código de Processo Civil (CPC);

---

**Lei nº 13.709/18** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

---

**Decreto-lei nº 4.657/42** – Lei de introdução às Normas de Direito Brasileiro;

---

**Lei Estadual nº 6.956/2015** - Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Lei estadual nº 5.427/09** - Estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Lei estadual nº 287/79** - Institui o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Decreto nº 3149/80** - Regula o Título XI do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 4/2023** – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Ato Normativo TJ nº 03/19** – Disciplina no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

---

**Ato Normativo TJ nº 19/20** - Institui o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.

---

**Ato Regimental EMERJ Nº 02/2025** – Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento**

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)

**29/05/2025**